



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS_ IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES

POLIANA SILVA COSTA

**AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA APARTIR DOS PROFISSIONAIS DE
APOIO**

ACARAPE-CE

2024

POLIANA SILVA COSTA.

**AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS PROFISSIONAIS
DE APOIO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de bacharel em humanidades, na universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, UNILAB.

Orientador: Prof.^a Leandro de Proença Lopes.

ACARAPE-CE

2024.

SUMÁRIO:

1. RESUMO:	4
2. INTRODUÇÃO:	7
3. JUSTIFICATIVA:	9
4. OBJETIVOS:	12
4.1. Objetivo geral:	12
4.2. Objetivos específicos:	12
5. METODOLOGIA:	13
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:	15
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	23

1. RESUMO:

Este estudo aborda o tema da Educação Inclusiva considerando as dificuldades para sua implementação a partir da perspectiva dos profissionais de apoio. Os cuidadores têm uma função crucial na inclusão escolar. A educação inclusiva tem se firmado como um preceito essencial nas políticas de educação, com o objetivo de assegurar a inclusão e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias. Contudo, a execução eficaz dessa estratégia encontra vários obstáculos, principalmente do ponto de vista dos profissionais de apoio. Trata-se de profissionais, que lidam diretamente com estudantes com necessidades especiais, e muitas vezes enfrentam obstáculos como a ausência de treinamento específico, a falta de recursos pedagógicos apropriados e a resistência de alguns educadores e da própria instituição em promover a inclusão total. Ademais, a escassez de tempo e de uma equipe multidisciplinar, combinada com a sobrecarga administrativa, prejudica a qualidade do serviço e o acompanhamento personalizado requerido para esses estudantes. O objetivo dessa pesquisa é analisar essas dificuldades enfrentadas pelos cuidadores escolares no município de Barreira-Ce. Esta pesquisa justifica-se, também, pela necessidade de conscientizar as comunidades escolares acerca da relevância da inclusão, algo que frequentemente é negligenciado. Assim, é crucial incentivar a formação contínua para os profissionais de apoio e estabelecer um ambiente escolar que valorize a diversidade, garantindo que todos os estudantes possam aprender e crescer de maneira justa. Em suma, as dificuldades na prática da educação inclusiva são multifacetadas e exigem um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educativo, visando superar as barreiras que ainda persistem, e garantir um ensino verdadeiramente inclusivo para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Profissionais de apoio. Cuidador(a).

ABSTRACT:

This study addresses the issue of Inclusive Education considering the difficulties in its implementation from the perspective of support professionals. Caregivers play a crucial role in school inclusion. Inclusive education has established itself as an essential precept in education policies, with the aim of ensuring the inclusion and participation of all students, regardless of their circumstances. However, the effective implementation of this strategy encounters several obstacles, especially from the point of view of support professionals. These professionals deal directly with students with special needs and often face obstacles such as the lack of specific training, the lack of appropriate pedagogical resources and the resistance of some educators and the institution itself to promote full inclusion. Furthermore, the lack of time and a multidisciplinary team, combined with administrative overload, impairs the quality of the service and the personalized monitoring required for these students. The objective of this research is to analyze these difficulties faced by school caregivers in the city of Barreira-CE. This research is also justified by the need to raise awareness in school communities about the relevance of inclusion, something that is often neglected. Therefore, it is crucial to encourage ongoing training for support professionals and to establish a school environment that values diversity, ensuring that all students can learn and grow fairly. In short, the difficulties in implementing inclusive education are multifaceted and require a joint effort from all those involved in the educational process, aiming to overcome the barriers that still persist and ensure truly inclusive education for all.

Keywords: Inclusive education. Support professionals. Caregiver.

2. INTRODUÇÃO:

A educação inclusiva tem ganhado destaque nos debates sobre a prática pedagógica contemporânea, refletindo um compromisso com a valorização da diversidade e a promoção de um ambiente escolar que acolha todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais ou cognitivas. No entanto, a implementação efetiva dessa abordagem enfrenta uma série de desafios. Profissionais da educação, como professores, gestores e especialistas, lidam constantemente com barreiras que vão desde a falta de formação específica e recursos adequados até a resistência cultural e a escassez de apoio institucional. Esses obstáculos podem gerar dificuldades em adaptar métodos de ensino, desenvolver currículos acessíveis e criar um clima escolar que favoreça a convivência e o respeito mútuo. Portanto, é essencial discutir essas questões, explorando as implicações da inclusão e buscando estratégias que possibilitem a superação das dificuldades, para que todos os alunos possam ter acesso a uma educação de qualidade e significativa.

Me senti atraída pelo tema ao presenciar essas dificuldades no processo inclusivo, pois quando trabalhei como profissional de apoio em um programa de educação inclusiva nas escolas do município de Barreira-Ce, observei que este processo é bastante difícil e desafiador, pois muitas vezes não se tem o apoio necessário para que os cuidadores consigam um bom desenvolvimento com os estudantes.

Os profissionais da educação inclusiva enfrentam diversas dificuldades ao implementar práticas inclusivas no ambiente escolar. Entre os principais desafios estão:

1. Falta de Formação Adequada: Muitos educadores não recebem a capacitação necessária para lidar com a diversidade no ambiente escolar, o que pode comprometer a eficácia das estratégias de inclusão.
2. Recursos Limitados: A escassez de materiais didáticos e tecnologias assistivas adequadas para atender às necessidades de todos os estudantes, dificulta a adaptação do currículo.

3. **Infraestrutura Inadequada:** Escolas que não estão fisicamente preparadas para receber alunos com deficiência, como falta de acessibilidade em salas de aula e banheiros, apresentam barreiras significativas.
4. **Sobrecarga de Trabalho:** Os profissionais da educação inclusiva muitas vezes têm que atender a um número elevado de discentes com diferentes necessidades, o que gera uma sobrecarga e dificulta a atenção individualizada.
5. **Falta de Apoio Institucional:** A ausência de políticas públicas eficazes e de suporte por parte da gestão escolar prejudica a implementação de práticas inclusivas.
6. **Resistência Cultural:** A inclusão ainda enfrenta preconceito e falta de compreensão por parte de alguns educadores, alunos e famílias, o que pode gerar um ambiente hostil e desmotivador.

Essas dificuldades podem afetar a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos estudantes que necessitam de educação inclusiva, mostrando a necessidade de ações integradas para superar esses desafios.

3. JUSTIFICATIVA:

A educação inclusiva é uma área da educação que possui o objetivo de estudar as questões referentes a inclusão de todos os estudantes que possuam diferenças na escola regular integrando crianças, na mesma sala de aula.

Maria Teresa Eglér Mantoan, pedagoga, mestra e professora, iniciou sua carreira aos 17 anos quando iniciou o curso de pedagogia. A mesma se tornou conhecida devido aos seus diversos trabalhos sobre educação especial, e assim passou a ser uma referência principalmente na área da educação inclusiva. Em sua obra “inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”, a mesma explica o quanto importante é fazer essa inclusão, pois as diferenças deveriam ser apagadas.

Percebi, e reluto em admitir, as medidas excludentes adotadas pela escola ao reagir às diferenças. De fato, essas medidas existem, persistem, insistem em se manter, apesar de todo o esforço despendido para se demonstrar que as pessoas não são “categorizáveis”. (Mantoan, 2003).

De acordo com Mantoan (2003), entende-se que o processo de integração das pessoas com deficiência, se dá quando os mesmos são apenas inseridos dentro das salas de aulas regulares e não há uma preocupação em realizar uma educação de qualidade, e isto, acaba fazendo com que as pessoas não se sintam pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem. Ao contrário da educação inclusiva, que tem a finalidade de alcançar a inserção de uma forma radical, pois todos os alunos sem a exceção de nenhum devem frequentar as salas de aulas regulares.

Mantoan define a educação inclusiva como um modelo de educação que objetiva integrar todas as crianças sem fazer nenhuma distinção, e as escolas regulares que são inclusivas propõe uma organização no sistema educacional para que possa atender as necessidades apresentadas pelos estudantes com deficiência. Conforme Mantoan, este modelo de ensino é o melhor comparado a outros modelos que já existiram dentro da educação, pois o mesmo vem para realizar uma melhoria na qualidade do ensino nas escolas.

As dificuldades dos professores(as) e profissionais de apoio na inclusão dos estudantes, são principalmente a falta de recursos para os métodos de trabalho adequados, para que haja uma boa aprendizagem dos alunos(as), a falta de empatia com os discentes também é um grande fator. O docente é visto como mediador na inclusão, pois é ele quem promove o contato inicial dos estudantes com a sala de aula e com os outros colegas, assim se torna o responsável por incluí-lo nas atividades em sala.

Conhecendo os professores(as) e vivenciando o processo inclusivo, observei que diante da falta de acessibilidade a materiais educativos e de instrução adequada, não se tem um bom desempenho nas atividades, pois os profissionais se veem em uma situação de carência, sem muito apoio e amparo da gestão escolar.

Segundo um estudo publicado no site Terra, no Brasil, cerca de 94% dos professores regentes não têm formação continuada sobre Educação Especial – modalidade da Educação Básica, em uma perspectiva inclusiva, que tem como público pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O dado é do Ministério da Educação (MEC) referente a 2022. Na série histórica desde 2012, é o ano com melhor índice. A região Nordeste, figura com o menor percentual entre as cinco regiões brasileiras. Apenas 3,7% (23.614) dos professores regentes possuem formação continuada sobre Educação Especial. No caso dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que acontece no contraturno escolar, 38% (5.553) têm formação. Aliado a este dado, a infraestrutura das escolas também deixa a desejar. Só 21,5% (9.475) das unidades com matrículas de alunos com deficiência são equipadas com Salas de Recursos Multifuncionais, que dá suporte ao AEE. O percentual é menor do que a média nacional, em que cerca de 28% (37.239) das escolas possuem equipamentos.

A lei nº 13.146/2015, lei brasileira de inclusão (LBI), objetiva a promoção de construção de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de cada pessoa com deficiência. O profissional de apoio escolar é especificado pela LBI como alguém que auxilia na alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, além de quaisquer outras atividades escolares nas quais se fizer necessário, dessa forma é visto como um cuidador.

No entanto, a lei não especifica qual deve ser a formação desse profissional. Essa brecha desvaloriza o profissional, e o deixa

em uma situação de vulnerabilidade no ambiente escolar, pois geralmente são profissionais sem formação adequada.

Apesar de muitas informações e projetos sobre o assunto, esse projeto é de grande relevância, pra cidade de Barreira, pois diante da desinformação da população, e da urgência em acessibilidade nas escolas locais para abraçar os estudantes que necessitam de uma diferente forma de aprendizagem.

Sendo assim, é notória a importância de um modelo de ensino que atenda todos os sujeitos, respeitando o tempo de aprendizado e ritmo de cada educando, estimulando seu desenvolvimento, proporcionando assim equidade de oportunidades. E para que seja concretizado, é essencial o trabalho em conjunto com toda a equipe escolar: professor da sala regular, gestão escolar, equipe técnica, profissional do Atendimento Educacional Especializado – AEE e o cuidador escolar.

4. OBJETIVOS:

4.1. Objetivo geral:

O seguinte projeto tem como objetivo principal problematizar o processo da implementação de uma educação inclusiva na perspectiva dos profissionais de apoio que trabalham no município de Barreira-CE.

4.2. Objetivos específicos:

- Apresentar um levantamento da legislação brasileira da educação inclusiva sobre os profissionais de apoio
- Compreender a ideia da implementação de uma educação inclusiva
- Analisar o apoio que a gestão escolar oferece aos profissionais de apoio na inclusão escolar
- Descrever as metodologias que os profissionais de apoio utilizam para implementar novas formas de ensino que facilite a inclusão e desperte o interesse dos estudantes
- Analisar a falta de formação adequada dos profissionais de apoio

5. METODOLOGIA:

Tipo de pesquisa

O trabalho se fundamentará no desenvolvimento de pesquisa qualitativa. De acordo com Goldenberg (2004):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

Gil (2002) aborda o estudo de caso como uma modalidade de pesquisa que busca entender interesses envolvidos em tempo real. Este método coloca os questionamentos “como” e “por que” em ciências políticas e sociais, especialmente na investigação de processos organizacionais, administrativos e econômicos.

A pesquisa consiste em um processo para a construção do conhecimento humano, na qual serão analisadas as dificuldades enfrentadas pelos professores e profissionais de apoio na inclusão de estudantes com diferenças, que apresentam deficiências tanto física, mental, intelectual ou sensorial, por meio de análise de dados, observação participante e visitas de campo. Pretendo entrevistar professores e cuidadores, com o objetivo de conhecer os problemas enfrentados em sala de aula, a forma como eles lida com as diferenças, e como fazem para adaptar seus planos de aula para alcançar as diferenças de cada estudante.

Observei o quanto os profissionais de apoio têm limitações por suas faltas de acessibilidade e apoio no processo inclusivo. Uma pesquisa feita pelas professoras *Maria Do Socorro Nogueira Oliveira Filha Lima* e *Cecília Maria Lima Silva* da rede de ensino de Barreira-Ce sobre o papel do cuidador escolar de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, para a coleta de dados do estudo utilizou-se tecnologias digitais de informações e comunicações, por meio da aplicação de um formulário online, elaborado no Google Forms e disponibilizado aos professores.

As autoras evidenciaram que, para fins de análise, visando a garantia do anonimato dos participantes, utilizaram a letra “C” para representar os cuidadores, seguida de um número para estabelecer a ordem preservando a identidade dos mesmos. Acompanhar o caso desses profissionais de apoio que participaram dessa pesquisa foi bastante importante no desenvolvimento da pesquisa.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

No artigo *Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos*, a autora Vera Maria Ferrão Candau mostra que as diferenças culturais se multiplicam, cada vez mais na sociedade, e essa realidade tem se tornado cada vez mais forte entre os educadores/as. As afirmações das diferenças sejam elas étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosa, entre outras se manifesta nos modos plurais. São muitas problemáticas envolvidas nas discriminações, nas injustiças que estão presentes nas reivindicações da igualdade e do acesso livre na sociedade.

A autora faz referência aos resultados da pesquisa, *Preconceito e discriminação no ambiente escolar* (Mazzon, 2009), realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), vinculada à Universidade de São Paulo, e apoiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Investigação coordenada pelo professor José Afonso Mazzon, que objetivava analisar as relações dos preconceitos e discriminações em escolas públicas.

Quanto aos direitos sobre educação inclusiva, em 1988 temos a Constituição Federal sendo homologada, nela temos os artigos que trata do público “portadores de deficiência” preferencialmente na rede regular de ensino. E em 1994 temos a declaração de Salamanca na Espanha, que foi uma conferência muito importante que definiu vários pontos em respeito da inclusão teve muitas participações. E é um documento Internacional que apresenta proposições sobre a educação inclusiva se referindo a pessoas com necessidades especiais dentro da rede regular de ensino, essa declaração reafirma o direito de todos ao ensino e a educação básica.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da lei brasileira de inclusão (LBI), em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo. Uma pessoa que não atendesse as expectativas era definida como menos capaz e,

por consequência, excluída dos espaços de convivência social e educacional esse fenômeno recebe o nome de capacitismo.

A LBI é uma grande conquista na medida do passado histórico, definindo a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui, uma ou mais características que divergem dos padrões. Em outras palavras a deficiência seja ela de que ordem for, só existe na relação com o mundo repleto de impedimentos para a plena inclusão da pessoa que a possui, pois existem barreiras caracterizadas por portas estreitas, banheiros não adaptados, calçadas desniveladas, falta de pisos apropriados, sinal sonoro em semáforos ausência de rampas em transportes, na comunicação, entre outras.

A inclusão socialmente, é um ato de igualdade entre os indivíduos que compõem uma sociedade, e está inserida em todos os âmbitos, o conceito de inclusão na maioria das vezes é mal compreendido, segundo a interpretação do senso comum, uma crítica que se dá pelo fato de ser aplicado apenas à estudantes denominados público-alvo da educação inclusiva. Muitas vezes as pessoas que necessitam de um atendimento especializado na educação inclusiva são taxadas como diferentes, fora do padrão, e isso torna cada vez mais difícil o trabalho da educação inclusiva.

A inclusão é um direito e um desafio. A diferenciação pedagógica e a aprendizagem cooperativa são fundamentais para uma educação inclusiva, pois assim é permitido que todos os alunos sejam ensinados, de tal forma que sejam respeitadas as diferenças individuais e sociais, e assim promovendo a colaboração e o respeito mútuo. Com a educação inclusiva, a escola tem que desenvolver práticas pedagógicas, que atendam todos os alunos de acordo com suas necessidades, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras.

O ensino regular é um sistema de ensino que abrange a educação básica o ensino fundamental, o ensino médio. Ele foi estabelecido a partir da lei de diretrizes e Bases (LDB- 9.394/96), buscando a padronização da educação nacional, organizada pela idade dos estudantes, essa lei dedica um capítulo

inteiro sobre a educação especial que vai incluir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, e o processo de inclusão gera uma exigência de transformação da escola, cabendo às escolas se adaptarem a necessidade deles

Contudo, tornou-se possível uma educação inclusiva, realizando a junção dessas formas de educação em um ambiente só, visando o fim das separações. A proposta da educação inclusiva é acolher a todos, valorizando as suas histórias, dificuldades, talentos e desejos. A inclusão inclui os profissionais e toda a comunidade escolar, assim como as famílias e suas histórias no âmbito educacional. O seu principal objetivo é ajudar todos os estudantes independentemente de suas condições particulares, a desenvolverem o seu potencial máximo e a se preparar para a diversidade da vida como ela é.

No texto *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar*, as autoras Edilene Aparecida Ropoli, Maria Teresa Eglér Montoan, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santo e Rosângela Machado, as autoras fazem contribuições para o conhecimento de escolas que não exclui alunos, que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente e de sua articulação com a educação especial e seus serviços, especialmente o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Sua intenção é esclarecer o leitor sobre a possibilidade de fazer da sala de aula comum um espaço de todos os alunos, sem exceções. Ele vai tratar da interface entre o direito de todos à educação e o direito à diferença, ou seja, da linha tênue traçada entre ambos e de como esse direito vai perpassando todas as transformações que a escola precisa fazer para se tornar um ambiente educacional inclusivo.

A inclusão desmonta o conservadorismo das escolas e do sistema educacional e acaba com os perfis específicos, que são ditos como normais, de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade, padrões como, o aluno nota dez, o exemplo da sala, o que aprendi fácil.

A educação especial perpassa os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e

estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. Nesse contexto, deixa de ser um sistema paralelo de ensino, com níveis e etapas próprias. Sinalizando um novo conceito de educação especial, a Política enseja novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos, e garantir o direito a educação. Aponta para a necessidade de uma cultura escolar segregadora e reinventar seus princípios e práticas escolares. Ele vai tratar da interface entre o direito de todos à educação e o direito à diferença, ou seja, da linha tênue traçada entre ambos e de como esse direito vai perpassando todas as transformações que a escola precisa fazer para se tornar um ambiente educacional inclusivo. [...]

Contudo, as autoras reforçam que defendem a escola das diferenças, e não concordam que deve existir um padrão de estudantes, e o foco na deficiência faz com que dividam estudantes em grupos, os dos estudantes “normais”, e os dos estudantes “deficientes”, as diferenças permite a compreensão que as pessoas não são iguais, nem nas suas “normalidades”, nem nas suas “deficiências”, temos que tratar as pessoas de acordo com as suas características individuais as autoras criticam a legislação que criou soluções adversas, entre elas o encaminhamento destes alunos para classes diferenciadas e adaptadas para crianças específica, as autoras acham que isso não é legal por conta que acabam excluindo e dividindo as pessoas, e a educação oferecida não será igual para todos por isso que elas sempre vão falar diferenças e não diversidade.

As autoras também falam sobre os profissionais que exercem as funções da educação inclusiva, e se baseiam nas dificuldades dos professores/as e suas inseguranças, elas acreditam que a maioria já compreende a necessidade e a importância de novas formas de aprendizagem, e a utilização de novos conceitos na educação, mas os mesmos ainda são reticentes ao utilizar os novos mecanismos que são necessários no processo inclusivo.

A criação do PPC (Proposta, pedagógica, Curricular), que se denomina por um documento formal das escolas, onde se cria normas e diferentes formas de ensino, foi muito importante para aplicar novas formas de ensino, pois é um documento que organiza o conhecimento escolar e baseia-se em conceitos,

metodologias e avaliações dos componentes curriculares da instituição, como exigência dele nas escolas foi criado o PPP (Projeto, Político, Pedagógico), um documento que tem como norma ser elaborado por todas as escolas tanto públicas e privadas, que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade, dessa forma é muito conhecido e discutido na área da educação, mas alguns diretores e gestores educacionais têm dúvidas sobre a forma que o PPP deve ser elaborado.

Para tanto, se faz com uma gestão democrática e participativa de toda a comunidade em que está inserida. Com a criação desse projeto, que não deve ser considerado um documento somente burocrático, ou seja, só para ser armazenado, mas que segundo as autoras do livro *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar*, é um documento norteador da escola, um caminho que deve ser seguido para uma verdadeira educação inclusiva, no qual as autoras abordam alguns conhecimentos e informações. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o (PPP), é um documento vivo, que passa por mudanças, transformações, e são acrescentadas novas informações constantemente durante o ano.

Há princípios para que haja a educação inclusiva, os quais toda pessoa tem o direito de acesso à educação, toda pessoa aprende, o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular, o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos e que a educação inclusiva diz respeito a todos. Então é necessário que haja inclusão de forma que todos sejam beneficiados.

As pessoas que trabalham com educação inclusiva são profissionais especializados em promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Esses profissionais podem estar incluídos os professores de educação especial, que são responsáveis por trabalhar diretamente com os alunos com necessidades especiais, adaptando e modificando o currículo para atender às suas necessidades individuais. Os coordenadores de educação inclusiva que são profissionais que geralmente ocupam posições de liderança em escolas e são responsáveis por desenvolver e implementar estratégias de inclusão, além de fornecer suporte e treinamento aos professores. Os professores regularmente educadores, que trabalham em

salas de aula regulares e são responsáveis por garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, recebam uma educação de qualidade.

Os psicólogos educacionais, que geralmente desempenham um papel importante na educação inclusiva, fornecendo avaliação e apoio emocional aos alunos com necessidades especiais. Os terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas que podem ser necessários para auxiliar alunos com deficiências físicas ou dificuldades de movimento, ajudando-os a desenvolver habilidades funcionais e adaptar o ambiente escolar para suas necessidades. Os fonoaudiólogos podem trabalhar com alunos com dificuldades de linguagem, comunicação ou audição, fornecendo terapia e suporte para melhorar essas habilidades. Além desses profissionais, a educação inclusiva envolve o trabalho conjunto de pais, administradores escolares e outros membros da comunidade escolar para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade.

O professor é visto como mediador no processo inclusivo é ele quem promove o contato inicial do aluno com a sala de aula, pois é o responsável por incluí-lo nas atividades pedagógicas, as maiores dificuldades desses profissionais são a falta de recursos adaptados para os métodos de trabalho adequado, com o intuito que haja uma boa aprendizagem do aluno. Sendo assim é notória a importância de um modelo de ensino que atenda todos os sujeitos, respeitando o tempo de aprendizado e ritmo de cada educando, estimulando seu desenvolvimento, proporcionando assim equidade de oportunidades. E para que seja concretizado, é essencial o trabalho em conjunto com toda a equipe escolar: professor da sala regular, gestão escolar, equipe técnica, profissional do atendimento educacional especializado – AEE e o cuidador escolar.

A situação de educação inclusiva não se limita ao didático-pedagógico ela também é socioafetiva. O educando deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não é um obstáculo e sim um estímulo para a formação e consciência de todos os processos socioeducacionais.

Conclui-se que a educação inclusiva é fundamental para que aconteça a modificação na educação e no sistema educacional, de forma que não seja estabelecido padrões ditos como normais pela sociedade. E que aconteça a garantia e o direito de todos no acesso à educação e a valorização das diferenças humanas, contemplando as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gêneros dos seres humanos.

O artigo, *inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces*, de autoria de Eder Pires de Camargo, faz a reflexão que a inclusão está inserida em todos os lugares, desde que haja a necessidade de ser colocado em prática o processo inclusivo.

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sociocultural, transformam-no e são transformados por ele (CAMARGO, 2017).

Muitas vezes as pessoas que necessitam de um atendimento especializado na educação inclusiva são taxadas como diferentes, fora do padrão, e isso torna cada vez mais difícil o trabalho da educação inclusiva.

A diversidade pode ser entendida como um conjunto de diferenças e semelhanças que definem as pessoas, tornando-as únicas. Essas diferenças podem ser físicas, culturais, comportamentais, de gênero, orientação sexual, deficiência, religião ou nacionalidade. A diversidade é importante na sociedade, pois promove a inclusão, contribui para a igualdade de oportunidades, cria ambientes mais justos, equitativos e respeitosos para todas as pessoas. A inclusão é um conceito, que complementa a diversidade, pois cria um ambiente para que todas as diversidades sejam acolhidas.

A política de educação inclusiva se materializa com a constituição de um conjunto de programas e ações “programa nacional de formação continuada de professores na educação especial” e “formação de professores para o atendimento educacional especializado”, e que seja prioridade no ensino dos educadores.

No artigo, *Cuidador escolar de alunos com transtornos do neuro desenvolvimento: qual o seu papel?* As autoras *Maria Do Socorro Nogueira Oliveira Filha Lima* e *Cecília Maria Lima Silva* abordam as necessidades do entendimento sobre o real papel do cuidador escolar, fizeram uso de questionários, entrevistas para fazer perguntas aos cuidadores da rede de ensino de Barreira-Ce, para levantar dados sobre a educação inclusiva e sua forma de ser praticada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. Revista Educação Pública, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>.

BEATRIZ ARAÚJO, M. C. A. 94% dos professores não tem formação para lidar com alunos com deficiência. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/educar-para-incluir/94-dos-professores-nao-tem-formacao-para-lidar-com-alunos-com-deficiencia,5d4213e256ec2b1bd3204e649b0f49a9sqswjtji.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. Ciência & Educação (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1–6, jan. 2017. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?lang=pt#>

CANDAU, Vera. Diferenças culturais interculturalidade e educação em direitos humanos. Cedes. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.

GIL, M. A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/#:~:text=Lei%20n%C2%BA%209.394%20%E2%80%93%20Lei%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20para%20fins%20de>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOPES, N. O que é o projeto político pedagógico (PPP). Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ROPOLI, Edilene Aparecida; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP; [Fortaleza: Edições UFC], 2010. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é. Por quê. Como fazer. Ed. 1, São Paulo: Summus Editorial, 2004. Livro eletrônico. Disponível em: 10999.pdf (gruposummus.com.br). Acesso em 29 de setembro de 2024.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. “Educação inclusiva”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva.htm>. Acesso em 14 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>

OLIVEIRA, Socorro; LIMA, Cecília. Cuidador escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento: Qual o seu papel? III CIEF. (No prelo).